

## **ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL: A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E OS AGENTES FORMADORES DO TERRITÓRIO**

### **GEOGRAPHICAL ANALYSIS ON THE TERRITORIALIZATION PROCESS OF STRUCTURAL VIOLENCE: SOCIO-SPATIAL SEGREGATION AND TERRITORY-FORMING AGENTS**

Ana Clara Bolzon Santos<sup>1</sup>

Fernando Luiz Araújo Sobrinho<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa faz parte do campo de estudo da Geografia e possui como tema a análise crítica da violência estrutural, considerando que a origem da problemática social também é territorial e que não existe território sem a presença de agentes sociais. O artigo fundamenta-se nos enfoques de Santos e Silveira (2001), Haesbaert (2004a, 2004b, 2004c, 2014), Saquet (2004), Cruz Neto e Moreira (1999), Minayo (2007) e Santos (2021) e visa analisar como se dá o processo de territorialização da violência estrutural em territórios segregados socioespacialmente. Para isso, como recorte espacial foi utilizada a Região Administrativa do Paranoá, localizada no Distrito Federal, a qual possui conjuntura socioespacial excludente desde sua origem (Martins, 2013). Nesse contexto, foi possível identificar os moradores e o Estado como os principais agentes formadores do território, o primeiro à custa de muita luta e resistência e o segundo identificado como ausente/negligente em suas atribuições, o que permitiu a territorialização precária das condições socioespaciais. Assim, ficou evidente que a ausência do poder público possibilitou a formação de territórios desiguais e excludentes, marcados pelo que chamamos aqui de violência estrutural. Com relação à metodologia, foi empregada a abordagem qualitativa, na qual foi utilizada a aplicação de entrevista semiestruturada e transcrição audiovisual. Para investigação dos dados empíricos produzidos, foi usado o conjunto de técnicas de análise de conteúdo, especificamente a análise categorial, visando estruturar as bases metodológicas de forma rigorosa e sistematizada.

**Palavras-chave:** Violência estrutural; segregação socioespacial; território.

**ABSTRACT:** Our research centers on the field of geography and employs a critical analysis of structural violence as its main topic, considering that the very origin of this social question is also territorial, and there is no territory without the involvement of social agents. This study is grounded on the perspectives of Santos and Silveira (2001), Haesbaert (2004a, 2004b, 2004c, 2014), Saquet (2004), Cruz Neto and Moreira (1999), Minayo (2007) and Santos (2021), and strives to analyze how the territorialization process of structural violence occurs in socially and spatially segregated territories, where precarious inclusion is noticeable. In this framework, the Administrative Region of Paranoá, located in the Federal District, was selected as a spatial sample, a region that has always had an excluding socio-spatial context since its inception (Martins, 2013). In this context, it was possible to identify the residents and the State as the main agents shaping the territory, the former at the cost of much struggle and resistance and the latter identified as absent/negligent in its attributions, which allowed the precarious territorialization of socio-spatial conditions. Thus, it became evident that the absence of public power made possible the formation of unequal and exclusionary territories, marked by what we call here structural violence. Regarding the methodology, a qualitative approach was adopted, using semi-structured interviews and multimedia translation. In order to investigate the empirical data collected a set of content analysis techniques have been utilized, mainly a categorical analysis, aiming to organize the methodological bases in a rigorous and systematic manner.

**Keywords:** Structural violence; socio-spatial segregation; territory.

1. Mestre em Geografia pela  
Universidade de Brasília (UnB)  
E-mail: ana.bolzon@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7346451453500506>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8728-1914>

2. Doutor em Geografia pela  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
E-mail: flasobrinho@unb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7810411653917702>

## INTRODUÇÃO

*“Uma das formas de entender a pobreza é analisar as dimensões que a compõem” (Unicef, 2023, p. 5).*

Um estudo da Unicef (2023) fez o mapeamento da pobreza no Brasil por meio das múltiplas dimensões da realidade, como pesquisas relacionadas a alimentação, renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e *acesso* à informação. Segundo esses dados, em escala nacional, a dimensão que mais contribui para a pobreza está relacionada ao saneamento (33,8%), seguida da renda (32,9%).

No contexto socioeconômico da realidade brasileira, existem várias características que são registradas no espaço e que produzem diferentes cenários. Para Silva (2018), a lógica da acumulação capitalista dos espaços produz características socioespaciais contraditórias, geradoras de conflitos em razão das desigualdades de classes, logo de poder econômico. Nas palavras de Silva (2018, p. 52):

O fundo dessa dinâmica é a reprodução do modo de produção capitalista, que exige distinção de classes e de poder econômico, ou seja, o espaço urbano se tornou apropriado para alimentar o circuito de produção e consumo da sociedade vigente, marcada pelas suas contradições de luta pelo espaço, envolvendo múltiplos interesses.

Nesse mesmo sentido, para Haesbaert (2004b), todo processo de precarização social está associado à precarização territorial. O conceito de segregação socioespacial indica aumento das desigualdades sociais (Haesbaert, 2004b). Com base nisso, esta pesquisa faz parte do campo de estudo da Geografia e possui como tema a análise crítica da violência estrutural, a qual possui origem nos alicerces da problemática social, tendo como eixo a realidade socioespacial. Assim, é dessa realidade que se origina a Região Administrativa (RA) do Paranoá, localizada no Distrito Federal (DF), e recorte espacial que configura as bases empíricas do presente artigo.

Apesar de a capital federal ter sido construída sob ideais arquitetônicos com referenciais modernistas de igualdade, desde o princípio, segregava a maior parte dos habitantes do DF (Martins, 2013). Rodrigues (2007) e Sposito (1998) discorrem sobre esse contexto de contradições, no qual existem espaços considerados “ricos” e “pobres”, territorializando o mundo dos “incluídos” e dos “excluídos”. Fora da lógica lucrativa do capitalismo, estão as periferias, distantes das áreas valorizadas, e é nelas que vivem os trabalhadores submetidos a ocupações precárias e equipamentos públicos ausentes ou insuficientes.

Fora do circuito da riqueza, é visível a outra face do espaço urbano, as periferias distantes e as áreas centrais “degradadas”. São nelas que trabalham, moram e circulam os trabalhadores; nelas que se encontram favelas, as ocupações coletivas de terra,

os cortiços, as casas precárias, os conjuntos habitacionais de casas/apartamentos com dimensões mínimas, os edifícios precários utilizados para escolas, as creches, os postos de saúde e os hospitais. As ruas são estreitas, sujas, esburacadas e com pouca ou nenhuma iluminação pública, por onde circulam ônibus, vans, caminhões e carros velhos, que colocam em risco a vida dos que neles são transportados. Nessas áreas, os trabalhadores não desaparecem depois da jornada de trabalho, e sua presença torna visível a desigualdade socioespacial. No ideário do desenvolvimento, esses problemas serão solucionados com o planejamento e a presença estatal na implementação de infraestrutura, equipamentos e meios de consumo coletivo (Rodrigues, 2007, p. 76).

É nessa conjuntura socioespacial que se fundamenta esta pesquisa. Buscou-se investigar a violência estrutural com base no conceito de território, trazendo reflexões sob um viés geográfico acerca do fenômeno da violência estrutural, apoiando-se nos escritos de Cruz Neto e Moreira (1999), Minayo (2007) e Santos (2021). Para respaldar as análises territoriais, foram observadas as discussões de Santos e Silveira (2001), Haesbaert (2004a, 2004b, 2004c, 2014) e Saquet (2004). Assim, buscou-se realizar um estudo geográfico sobre como se dá o processo de territorialização da violência estrutural empiricamente amparada no contexto territorial da RA do Paranoá.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar geograficamente o processo de territorialização da violência estrutural na RA do Paranoá. Como objetivos específicos, têm-se: caracterizar o processo de formação socioespacial da Região Administrativa do Paranoá com base nos agentes sociais formadores do território; contextualizar o conceito de violência estrutural, identificando-a no recorte espacial em estudo; correlacionar o fenômeno da violência estrutural ao conceito de território no contexto de formação da RA do Paranoá.

Com relação à abordagem metodológica e com intenção de elaborar informações empíricas, optou-se por realizar análises de caráter qualitativo, amparadas principalmente nas abordagens de Creswell (2007), Bardin (2011) e Silva e Fossá (2015). Não existiu a intenção de generalizar as informações aqui construídas e, sim, valorizar as informações advindas dos sujeitos e do espaço investigado com objetivo de contribuir com os estudos da Geografia no ambiente acadêmico, visto que pouco existe de pesquisas relacionadas à violência estrutural analisada por lentes geográficas.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960 como a nova capital federal, possuindo ideário modernista de cidade com quadras de habitação sem pilotis, espaços setorizados de bens e serviços, avenidas largas e amplas áreas verdes. A ideia da sua

concepção remonta à época do Império, sendo considerada um dos maiores exemplos do urbanismo moderno no mundo e reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade antes mesmo de estar com as obras completamente finalizadas (Fonseca, 2001).

Assim, Brasília nasce de um cenário inovador para aquele momento e com objetivos delineados por funções políticas e administrativas, onde a expansão urbana seria planejada e controlada para suprimir essas demandas. No entanto, como é facilmente possível observar ao caminhar por diversos pontos da capital, a configuração territorial extrapolou os objetivos iniciais. Segundo Martins (2013), com a chegada dos primeiros trabalhadores para a construção e, posteriormente, de forma mais acentuada, seus familiares, começaram a surgir os primeiros desvios do projeto inicial de ocupação do território.

Entre os assentamentos que foram se organizando e se formando nesse contexto inicial, surge o acampamento provisório para os trabalhadores da obra do Lago Paranoá em 1957 (Fonseca, 2001). De acordo com Martins (2013, p. 5), esse espaço “duraria enquanto durasse a obra a que estava destinada a atender: a construção da barragem do Lago Paranoá”. Posteriormente, esse espaço veio a ser chamado de Vila Paranoá e foi considerado, em determinado momento, como a maior invasão do DF (Fonseca, 2001).

Dessa forma, dando sequência a intenções previstas pelo Governo e com a finalização das obras da usina da barragem do Lago Paranoá, as construtoras responsáveis pelas obras se retiraram do acampamento e o espaço construído passou a ser ocupado pelos trabalhadores, seus familiares e pessoas das vilas ao redor (Fonseca, 2001).

Com passar do tempo, novos moradores chegaram e também ocuparam a estrutura do antigo acampamento de madeira, semelhante ao perfil socioeconômico dos trabalhadores que chegaram inicialmente. “Entre as décadas de 60 e 70, a população da Vila Paranoá mantém-se em torno de mil habitantes” (Fonseca, 2001, p. 37).

Aproximadamente no ano de 1975, a população quase triplicou, sem que houvesse a ampliação da estrutura ocupada, realidade que se agravou em virtude de um novo inchaço populacional que aconteceu na década de 1980, motivado por vários movimentos migratórios ocorridos do campo para a cidade no Brasil. (Fonseca, 2001; Martins, 2013).

Assim, nesse contexto, a Vila Paranoá passou a ser vista como uma possibilidade de moradia acessível, no entanto, mesmo com o aumento do número de habitantes, a infraestrutura não acompanhava essa demanda de crescimento. O abastecimento de água era precário, assim como as moradias e a rede elétrica. Não existiam características de urbanização e, nesse momento, o Governo começa a se incomodar e busca controlar o crescimento da Vila (Fonseca, 2001).

Em 1985, a área contava com aproximadamente 25 mil habitantes e era considerada uma das grandes favelas do DF. Com o aumento populacional, ampliam-se os problemas relacionados à infraestrutura. O abastecimento era insuficiente, não existia urbanização, e as moradias e rede de luz eram precárias. O aumento significativo do número de moradores redundava num intenso controle por parte do governo, período que ocorre o maior número de enfrentamentos com os moradores. (Fonseca, 2001, p. 37).

Descrevendo a mesma realidade, Martins (2013) aborda a situação precária das habitações e da infraestrutura da Vila, o que fez, na época, que a população mais jovem se revoltasse e organizasse movimentos para reivindicar melhores condições de vida, dando origem a um grupo chamado Pró-Moradia do Paranoá.

As condições de habitação na Vila Paranoá eram precárias. Muitas famílias viviam em moradias de apenas um cômodo, feitas de madeirite, repleta de buracos, com apenas um banheiro (fossa) para atender a um grande número de pessoas. Precário também era o acesso a equipamentos públicos como escolas, hospitais, chafarizes, praticamente inexistentes na localidade. (Martins, 2013, p. 7).

Nessa conjuntura, de acordo com Martins (2013), a intencionalidade do Estado era a manutenção da invisibilidade e exclusão da Vila Paranoá, com relação à dinâmica de Brasília. Quando o Grupo Pró-Moradia assume a liderança da direção da Associação dos Moradores do Paranoá, visando lutar por melhores condições de vida, novas ações passam a ser priorizadas, com ênfase na necessidade da população.

No ano de 1988, principalmente mediante pressão popular e, também, com a colaboração técnica de instituições como a Universidade de Brasília, se deu a fixação do Paranoá no local original, por meio do decreto n.º 11.208, de 17 de agosto de 1988, aproveitando-se a estrutura que até então já existia (Martins, 2013). Porém, com a nova gestão de José Aparecido Roriz como governador, o projeto foi modificado e os termos de fixação mudaram para uma localidade próxima (Martins, 2013).

A Vila Paranoá foi desmontada da noite para o dia e dela só restaram as árvores plantadas pelos moradores ao longo dos anos, algumas edificações que abrigavam instituições de assistência aos moradores e a Igreja São Geraldo, defendida pelos moradores mais antigos como forma de manterem vivas a memória da Vila Paranoá e da luta pela fixação (Fonseca, 2001, p. 37).

Assim, segundo Martins (2013), é nessa conjuntura problemática de falta de moradias, de políticas habitacionais e urbanas que se insere a história do Paranoá. Visando o afastamento da população de baixa renda do Plano Piloto, a Vila Paranoá surge como moradia provisória sem qualquer organização adequada. As intenções do Estado estavam na sua transitoriedade,

ao fim das obras da Barragem do Lago Paranoá a área seria desocupada, porém, foi com o crescente adensamento populacional e as demandas por infraestrutura urbana que a população se fixou territorialmente e lutou por moradia e direitos que foram sendo consolidados, principalmente com a fixação.

## ORIENTAÇÕES CONCEITUAIS

A violência estrutural possui destaque no presente estudo e está relacionada aos aspectos sociais, econômicos e políticos de uma determinada sociedade, os quais (re)produzem a fome e a miséria e potencializam as desigualdades sociais, de gênero e de etnia (Brasil. Ministério da Saúde, 2005; Krug *et al.*, 2002).

Para Cruz Neto e Moreira (1999), a violência estrutural está, de maneira semelhante, relacionada às consequências do desigual acesso aos direitos em um Estado democrático, que, por obrigação, deveria assistir a população, porém privilegia os interesses de uma determinada classe social.

Constata-se então que o *locus* da violência estrutural é exatamente uma sociedade de democracia aparente (no caso, a democracia liberal), que apesar de conjugar participação e institucionalização e advogar a liberdade e igualdade dos cidadãos, não garante a todos o pleno acesso a seus direitos, pois o Estado volta suas atenções para atender aos interesses de uma determinada e privilegiada classe (Cruz Neto; Moreira, 1999, p. 3)

Isto posto, segundo Santos (2021, p. 22), a violência estrutural é potencializadora e geradora de outras formas de violência, estando “associada à miséria e às desigualdades sociais” e ainda “representa forte fator de desumanização do homem, cerceia perspectivas de um futuro mais digno e potencializa outras tipologias de violência” (Santos, 2021, p. 22).

Como temática complexa, o conceito de violência possui muitas divergências e definições, visto que abrange múltiplas tipologias e lentes de análises, devendo ser cuidadosamente investigada para não incorrer em interpretações incoerentes, estanques, logo superficiais (Santos, 2021). Portanto, ela se expressa de muitas formas em sociedade e, em um contexto macro, pode ser compreendida como violência estrutural.

A violência expressa-se em múltiplas faces, envolvendo também as relações sociais e econômicas da sociedade, com isso é possível compreender a violência como um fenômeno macro, ou seja, não acontece somente em contextos internos como relações familiares ou de proximidade entre os indivíduos. A violência, em um contexto macro, também é conhecida como violência estrutural, fenômeno característico das sociedades capitalistas ‘marcadas pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social’ (Guerra, 2008, p. 28).

Assim, entende-se a violência estrutural como aquela associada às condições de vida em sociedade, relacionada às ações histórico-econômicas e sociais. Por suas características, ela muitas vezes se apresenta de forma “naturalizada” e até inconsciente (Minayo, 2001). “Todos os autores que estudam o fenômeno da miséria e da desigualdade social mostram que sua naturalização o torna o chão de onde brotam várias outras formas de relação violenta” (Minayo, 2007, p. 32).

Essa realidade está intrinsecamente relacionada com a (re) produção de ações violentas em maior quantidade e gravidade. Segundo Santos (2021), a RA do Paranoá, desde sua concepção, está inserida na lógica segregacionista. Segundo a autora, até os tempos atuais, “a região é incluída de maneira desigual e precarizada, na qual fica evidente o contexto de violência estrutural ao qual seus habitantes estão submetidos” (Santos, 2021, p. 126).

Assim, os agentes sociais que possuem poder de escolha se segregam socioespacialmente, a fim de garantir seus interesses. Os demais são segregados, de forma involuntária, e se territorializam por meio de inclusões precárias, que possibilitam o surgimento de uma diversidade de manifestações violentas (Santos, 2021, p. 126).

Nesse sentido, de acordo com Haesbaert (2004a; 2004b), todo processo de precarização social está associado a um processo de precarização territorial, não existindo território sem a presença humana, sem a presença das relações sociais, cuja constituição vai além do poder tradicional de dominação. O autor considera, também, o poder simbólico do território usado, apropriado e carregado das experiências do vivido e destaca que existem termos mais apropriados para abordar essa discussão referente à precarização territorial, como, por exemplo, a inclusão precária e/ou segregação socioespecial (Haesbaert, 2014).

Ainda segundo o autor, existem duas vinculações relacionadas ao poder quando se pensa em território, que Haesbaert (2014) chama de funcional e simbólico, o que possibilita a constituição de territórios complexos e múltiplos, afirmando que esse “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (Haesbaert, 2004a, p. 95-96).

Desse modo, no âmbito do espaço social, as relações de poder são múltiplas e, por meio do processo de territorialização, variam em conformidade com a sociedade ou a cultura ao longo de um contexto temporal.

Para Haesbaert (2014), a territorialização é resultado do processo de dominação e apropriação do espaço, que é mutável, ou seja, varia com o tempo histórico diante de diferentes objetivos. “Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e/ou apropriação do espaço, variam muito ao longo

dos tempos e dos espaços” (Haesbaert, 2014, p. 67). Assim, para compreender a noção de território, é necessário observar a sua utilização, quem são os atores sociais que estabelecem algum tipo de relação e possuem intencionalidades.

Da mesma forma, para Santos e Silveira (2001, p. 19), o território não pode ser definido como algo inerte, estanque, mas, sim, que está em sucessivas transformações, visto que a sociedade também está, sendo por eles considerado um híbrido da materialidade e imaterialidade, no qual é possível verificar diferenciações e contradições espaciais.

De maneira semelhante, Saquet (2004) também entende o território como produto social da apropriação e dominação de agentes sociais, sendo resultado do processo de territorialização. Conforme o autor, é na articulação de forças relacionadas às realidades econômicas, políticas e culturais que esse processo se dá, variando apenas de espaço e tempo. De acordo com Saquet (2007, p. 73), território é:

espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material.

Dessa forma, ao longo do avanço do conceito de território, diversas compreensões sobre formas de territorialização foram estudadas. Haesbaert (2004a), nesse sentido, discorre sobre a ideia da multiterritorialidade, baseada na existência simultânea de diferentes territórios formados nos processos de territorializações e essenciais para as relações sociais no espaço.

Territorializações efetivamente múltiplas – uma multiterritorialidade em sentido estrito, construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de territórios-rede multifuncionais, multigestionários e multiidentitários, como no caso de alguns grupos pertencentes a diáspora de migrantes. (Haesbaert, 2014, p. 73).

## PASSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa reúne um conjunto de métodos diversos visando a uma abordagem humanística e interativa que estabelece maior comunicação entre os sujeitos que participam da investigação. Segundo Creswell (2007), esse formato de pesquisa é essencialmente interpretativa dentro do universo de estudo, na qual existem as lentes de análise do pesquisador, contextualizadas ao período sociopolítico e histórico, não permitindo generalizações das informações produzidas. Assim, é impossível evitar as interpretações pessoais nas análises dos dados. Segundo Creswell (2007, p. 186):

O pesquisador qualitativo sempre vai ao local (casa, escritório) onde está o participante para conduzir a pesquisa. Isso permite o pesquisador desenvolver um nível de detalhes sobre a pessoa

ou sobre o local e estar altamente envolvido nas experiências reais dos participantes.

Buscando possibilidades de maior aprofundamento possível nos objetivos de pesquisa, este artigo pretende valorizar, de forma aprofundada, as contribuições dos dados desta pesquisa. Logo, a escolha dos participantes não pode se dar de forma aleatória, mas, sim, com intencionalidades associadas aos objetivos do pesquisador. Para tal, optou-se empiricamente por empregar entrevista semiestruturada e recursos de filmagem:

- entrevista com um(a) representante da história de formação da RA do Paranoá, envolvido(a) nas lutas sociais e nas dinâmicas territoriais, aqui identificado como *Entrevistado A*.
- informações obtidas do vídeo *Paranoá em 1990* por meio de imagens de fitas VHS do Projeto PARANOARTE, nas quais foi possível observar a realidade e a dinâmica socioespacial de transferência da antiga Vila Paranoá para a localização atual, com suas precariedades e dificuldades.

Priorizou o uso do vídeo referenciado devido à quantidade e à qualidade das informações disponíveis para a análise do território no período abordado, referente ao início dos anos 1990, o que possibilitou a obtenção de certos dados que “não são possíveis por outros métodos como a entrevista ou a aplicação de questionários. Há muitos elementos que não podem ser apreendidos por meio da fala e da escrita”. (Pinheiro; Kakehashi; Angelo, 2005, p. 718)

Assim, objetivando organizar e analisar os dados empíricos, foi utilizada nesta pesquisa a técnica da análise de conteúdo, especificamente a técnica da análise categorial de Bardin (2011), dividida em: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). A autora descreve essa técnica como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Dessa forma, foi organizado inicialmente o *corpus* de pesquisa, segundo Bardin (2011), o qual reúne todos os dados empíricos selecionados para este estudo por meio da leitura flutuante (fase: pré-análise). Os indicadores associados às intenções de estudo, como o problema de pesquisa e os objetivos, possibilitaram o recorte das unidades de registros no *corpus* de pesquisa, tanto no texto transcrito das entrevistas como no resultado textual da transcrição do vídeo (fase: exploração do material). Para tal, foram consideradas como unidades de registros as palavras e frases mais frequentes e significativas. Bardin (2011, p. 134) apresenta o termo unidade de registro como:

[...] a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Reina certa ambiguidade no que diz respeito aos critérios de distinção das unidades de registro. Efetivamente, executam-se certos recortes a nível semântico, por exemplo, o “tema”, enquanto que outros são feitos a nível aparentemente linguístico, como “palavras” ou “frases”.

Nessa conjuntura, identificadas e organizadas as unidades de registros, foi agrupada a primeira categorização, que, posteriormente, foi reagrupada para a segunda categorização, até a terceira e última, a chamada Categorias Finais (fase: tratamento e análise dos resultados). A categorização tem como objetivo organizar e condensar, de forma controlada, os dados com expressiva significação codificada (Bardin, 2011).

## ANÁLISE E DISCUSSÃO

### Inferência e interpretação das categorias finais

De acordo com os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo, especificamente utilizando a análise categorial, o *corpus* da presente pesquisa foi sistematizado e organizado em três Categorias Finais, as quais foram analisadas por meio de inferências e interpretações.

I. Processo de territorialização: os agentes formadores do território;

II. Caracterização socioespacial da Região Administrativa do Paranoá;

III. Territorialização da violência estrutural na Região Administrativa do Paranoá.

### I. PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: OS AGENTES FORMADORES DO TERRITÓRIO

Entende-se aqui a dimensão territorial considerando os atores sociais que a constituem. Segundo os autores que fundamentam esta pesquisa (Santos; Silveira, 2001; Haesbaert, 2004a, 2004b, 2004c, 2014; Saquet, 2004), o território envolve todos os indivíduos e as suas intenções de uso, podendo ser simultaneamente de caráter funcional ou simbólico, representando, assim, o espaço da vida.

Visando analisar a RA do Paranoá desde sua origem, como acampamento provisório, a partir de 1957 (Fonseca, 2001), para a construção da Barragem do Paranoá, até a sua transferência e fixação, em 1988 (Martins, 2013), foram identificados metodologicamente no *corpus* de pesquisa os principais agentes formadores do território.

Ao examinar os agentes sociais mais significativos para as intenções do estudo, foram observadas duas categorias distintas, porém fundamentais para aquele processo de formação territorial. A primeira categoria está relacionada à *Presença dos moradores do recorte espacial em estudo*, na qual foi verificada a presença inicial, no acampamento formado para a construção da Barragem do Paranoá, dos engenheiros e dos trabalhadores que iniciaram os processos de vinculações socioespaciais no território em estudo e onde hoje existe o Parque Vivencial. “Existia somente as casas dos engenheiros. E dos trabalhadores que moravam em alguns lugares já fora do arame farpado” (Entrevistado A).

Logo, os engenheiros responsáveis pelas obras da barragem e os operários vinculados àquele espaço inicial, próximo às margens do Lago Paranoá, marcaram o começo dos processos de territorialização e transformação socioespacial no recorte de estudo através das rotinas de trabalho, descanso coletivo e individual, perpassando aspectos funcionais e agregando, também, as vinculações simbólicas.

Com a saída dos engenheiros e a desocupação das habitações dentro do arame farpado, verificam-se novas configurações territoriais sendo delimitadas. Nessa conjuntura socioespacial, os operários, junto a seus familiares e novos habitantes que começaram a migrar para Brasília, passam a ocupar novos espaços nas proximidades, bem como aqueles espaços mais bem estruturados, como *Entrevistado A* afirma: “começaram a ocupar o lugar dos engenheiros e os outros que foram chegando lá”.

Ao longo das observações sobre os agentes formadores do território, verificou-se a presença marcante dos moradores que, por meio de muita organização e atuação popular, moldaram desde o início as características territoriais. À medida que os moradores se vinculavam ao recorte espacial em estudo, novos processos de territorializações aconteciam, orientados principalmente pelas lutas sociais por moradia, com a construção de barracos improvisados, lutas relacionadas a questões básicas, como a água e a luz, que foram conquistadas a longo prazo para uso coletivo, sem interferências e investimentos do Estado, assim como foi evidenciado na fala do *Entrevistado A* e endossado através dos escritos de Martins (2013) e Fonseca (2001). A ausência do Estado foi uma estratégia de manter o cenário de invisibilidade da Vila Paranoá e manutenção da segregação socioespacial condicionada.

De forma geral, do ponto de vista territorial, muitas demandas relacionadas à precária infraestrutura urbana foram estruturadas e conquistadas pela população, especialmente pelo Grupo de Jovens, Turma Unida Comunicando Amor (TUCA), que liderou inicialmente e, depois, com as ações do Grupo Pró-Moradia. A atuação dos moradores foi fundamental para configuração territorial da Vila Paranoá e as vinculações simbólicas e funcionais que foram construídas e solidificadas mesmo pós a fixação do Paranoá.

Outros atores sociais foram fundamentais nesse processo, os quais constituem a segunda categoria: *Presença/ausência do*

*Estado, Universidade de Brasília e instituições religiosas.* Destaca-se aqui a importância das ações voluntárias, como as instituições religiosas e a Universidade de Brasília (UnB), que foram fundamentais, atuando diretamente na assistência básica à população e no apoio técnico com relação à infraestrutura urbana.

O Estado, durante um longo período, se manteve ausente e distante, de acordo com as informações coletadas na entrevista e descritas por Martins (2013), e muitas vezes agente opressor, como no caso das ações violentas de derrubada, pela Terracap, dos barracos que eram construídos durante o período de Vila, algumas dessas ações ficaram conhecidas como Barracaço<sup>1</sup>.

Nesse contexto histórico, aproximadamente em 1990, segundo a entrevista realizada e as informações coletadas no vídeo, foram criados dois territórios de mútua dependência entre o Paranoá Velho e o Novo, visto que a dinâmica socioespacial estava ainda muito vinculada à Vila. Porém, mesmo nessa nova fase, a luta por moradia e condições básicas, por exemplo, falta de água e de luz, bem como questões relacionadas à saúde e educação, que continuavam precarizadas, foram movimentadas e lideradas pela própria população, que se reorganizava, logo, se territorializava nesse novo espaço.

Assim, mesmo com o decreto de fixação do Paranoá ( n.º 11.208 de 17 de agosto de 1988), fica evidente que foram os próprios moradores que impulsionaram a luta pela organização territorial, na qual os processos de territorializações foram consolidados à custa de muita luta e resistência.

## II. CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ

Buscando analisar as características socioespaciais da RA do Paranoá e levando em consideração que toda a ação de precarização social está associada à precarização territorial (Haesbaert, 2004b), é interessante destacar os aspectos físicos do recorte especial que, por sua vez, interferem na realidade de vida cotidiana dos moradores.

Dessa forma, verificou-se que, desde o início, existia somente o acampamento provisório e a infraestrutura urbana, de moradia, água e luz, as quais, entre outros aspectos, sempre se destacam como precárias ou inexistentes. Com base na entrevista e especialmente no vídeo, no qual foi possível visualizar a realidade socioespacial do recorte em estudo, destaca-se a ausência de ruas, estradas com pavimentação que possibilitasse a circulação de veículos e pessoas de forma segura e adequada.

Mesmo com a dinâmica territorial constituída ao passar dos anos, em conjunto com as demandas populacionais que foram aumentando, as características físicas se mantiveram de forma precarizada. Assim, com base nos registros desta pesquisa,

o termo “terra vermelha” ou “chão de terra vermelha”, ou, então, outras expressões como “grande descampado”, “não asfaltada”, apareceram recorrentemente, o que demonstra essa conjuntura territorial que só foi amplamente adequada após todo o processo de transferência e fixação do Paranoá.

De maneira semelhante, também foi observado o termo “baraco” regularmente presente, o que qualifica o tipo de moradia que existia. Segundo o Dicionário Online de Português, DICIO, o termo se refere a “pequena habitação de madeira, coberta de palha, telha ou zinco, geralmente construída em morros ou favelas; barracão. Qualquer casa muito simples, rústica, com instalações precárias”. Foi avaliado que esse termo acompanhou a história de formação territorial até após a transferência para o Paranoá Novo.

Foram apuradas ainda questões relacionadas ao cotidiano de vida que caracterizava a realidade socioespacial dos moradores. Associados à ausência do Estado, como agente responsável em assegurar qualidade de vida, a população vivenciou, ao longo de todo o processo histórico, momentos de muita dificuldade, precariedade e violência, conforme verificado diversas vezes na entrevista por meio das expressões: “Todos os momentos foram terríveis”, “Foi terrível”, “Uma luta terrível”, “Foi muito difícil”.

Foi ainda possível observar, na realidade de vida das pessoas, a dinâmica marcante de escassez de recursos financeiros e naturais, como a água, em falas como “A gente buscava água na mina”, “Crianças buscando água”, “Crianças carregando baldes de água” e outras características como pessoas que não tinham sapatos, andavam “Descalços”, “Pessoas muito pobres”, “A maioria não tinha estudo”, mães com seus filhos circulando a pé em espaços sem asfalto, de chão de terra vermelha, entre outros problemas. Com a transferência do Paranoá, questões se agravaram e novos desafios na dinâmica cotidiana foram impostos com relação à moradia e à infraestrutura urbana, ausentes desde o início da fixação.

## III. TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ

Essa categoria discute a formação territorial tendo em vista a violência estrutural. As abordagens aqui realizadas estão diretamente associadas e embasadas nas discussões e inferências desenvolvidas nas categorias finais supracitadas.

Assim, para Cruz Neto e Moreira (1999), Minayo (2007) e Santos (2021), a violência estrutural possui suas origens nos aspectos sociais, políticos e econômicos que configuram uma sociedade desigual, segregada. Realidades relacionadas à reprodução da fome, miséria que precariza a vida humana, estão ligadas à violência estrutural, em que o Estado seria o principal agente responsável por assistir e investir nos interesses e nas necessidades da população, no entanto se posiciona de modo negligente.

<sup>1</sup>Ações lideradas pela população, no quais foram construídos barracos de forma rápida, da noite para o dia, visando a resistência e fixação da população do Paranoá. Aconteceram dois movimentos organizados denominados de Barracaços, em 1981 e 1986, ambos reprimidos pelo Governo (Martins, 2013).

Por meio das análises deste artigo, junto ao referencial teórico, entende-se que as condições sociais registradas historicamente no espaço, vinculadas à falta de infraestrutura urbana e relacionadas às más condições de vida, desumanizam e cerceiam a dignidade humana. A lógica segregacionista impõe a inclusão precária de uma parcela da população, como foi verificado no contexto socioespacial do Paranoá, região administrativa marcada pela violência estrutural.

Assim, a produção do espaço da violência é vinculada ao território tendo em vista os atores sociais que o formam, pois é no território “que a pobreza, a exclusão social, a omissão do Estado, a violência e as carências tornam-se mais visíveis” (Ferreira; Penna, 2005), logo são territorializadas.

Nesse sentido, verificaram-se características territoriais da violência estrutural levando-se em consideração o registro temporal. Aspectos socioespaciais anteriormente observados e vinculados principalmente à carência de infraestrutura de qualidade, de necessidades habitacionais dignas, foram materializados, logo territorializados no espaço, no qual o predomínio da pobreza e as contradições sociais ficam evidentes.

Remetendo ao período histórico que corresponde ao acampamento provisório, é possível inferir condições territoriais precárias que possivelmente se justificavam à época pelo momento efêmero das obras que ali eram realizadas e especialmente por serem os espaços destinados à moradia dos trabalhadores.

Dessa forma, de acordo com a entrevista, o que existia de maior infraestrutura naquele momento eram “somente as casas dos engenheiros”, sendo possível compreender, em consonância com o referencial teórico desta pesquisa, o contexto de precarização socioespacial a que estavam submetidos os pioneiros, excluídos da dinâmica funcional e simbólica da capital federal recém-inaugurada.

A realidade socioespacial da RA do Paranoá se iniciou em um contexto de abandono. Com o fim das obras da barragem e o crescimento populacional em ascensão, as faces da violência estrutural ficam evidentes no território diante da ausência de moradias dignas, aqui chamados de barracos, termo observado de forma recorrente no *corpus* de pesquisa.

Dessa forma, de acordo com a entrevista, o que existia de maior infraestrutura naquele momento eram “somente as casas dos engenheiros”, sendo possível compreender, em consonância com o referencial teórico desta pesquisa, o contexto de precarização socioespacial a que estavam submetidos os pioneiros, excluídos da dinâmica funcional e simbólica da capital federal recém-inaugurada.

A realidade socioespacial da RA do Paranoá se iniciou em um contexto de abandono. Com o fim das obras da barragem e o crescimento populacional em ascensão, as faces da violência estrutural ficam evidentes no território diante da ausência de moradias dignas, aqui chamados de barracos, termo observado de forma recorrente no *corpus* de pesquisa.

Assim, com o processo de ampliação da ocupação da Vila Paranoá a partir da década de 1970, verificou-se com recorrência que questões relacionadas ao aparelhamento urbano, como água, luz, esgoto, postos de saúde, escolas, representavam, ainda, grandes problemas, pois a demanda populacional crescia cada vez mais, sem a assistência do Estado.

Termos da entrevista anteriormente abordados nesta discussão, como “Não tinha esgoto”, “Não tinha água”, “Não tinha água encanada, não tinha nada”, “Sair fora para estudar”, “Não tinha médico”, caracterizam bem essa conjuntura de abandono na qual os processos de territorializações se valiam essencialmente dos moradores, que orientavam a materialização da urbanização sem urbanidade. A realidade era precária, desigual e excludente, representando um cenário absolutamente contraditório à estrutura urbana do centro da capital, Plano Piloto.

Nessa conjuntura, podemos observar contradições sociais que são, também, contradições territoriais. Fundamentam-se aqui, com base nas estruturas teóricas e nos dados empíricos, os atores sociais com papel central na dinâmica territorial, estando sujeitos a uma complexidade de fatores estruturais interligados à (re)produção de espaços de vulnerabilidade, territorializando realidades socioespaciais precárias, que não oferecem as mínimas condições de dignidade humana.

O Estado é o agente responsável em estabelecer condições de vida para que a população tenha perspectiva de estar territorialmente vinculada e de viver com qualidade, por meio de políticas públicas de acesso a moradia, saúde, alimentação, educação, segurança, entre outros.

Na conjuntura espaçotemporal da RA em estudo, a ausência desse agente territorializou-se na forma de exclusão, desigualdade social e restrições a direitos básicos que precarizaram as condições de vida desde o início, perpassando por diversos momentos, mesmo após a transferência e fixação, até os dias de hoje.

De maneira a acrescentar, os processos de territorializações da violência estrutural observados transcendem a esfera material. A ausência de políticas públicas gera realidades de vida humana marcadas pela fome, pobreza e desigualdade, realidades árduas que violam os direitos humanos.

No caso do recorte espacial em estudo, todo tipo de recurso era escasso, muitas ações básicas do cotidiano dependiam da atuação de crianças que não deveriam estar sujeitas àquelas situações. Como já discutido, a escola era limitada; os atendimentos de saúde pública não existiam; o saneamento básico, completamente precarizado. Podemos interpretar que as condições territoriais de existir às quais os moradores da RA do Paranoá foram submetidos foi criminosa, embora minimamente amparadas por ações voluntárias.

Nessa conjuntura, a realidade socioespacial verificada está diretamente relacionada ao processo de inclusão precária considerada aqui. Entende-se que esse cenário materializou e

imaterializou processos de territorializações da violência estrutural. Assim, a intenção da presente pesquisa não foi justificar apenas uma origem, mas apontar fundamentos com base na importância de compreender quem são os atores sociais na formação territorial, considerando o viés espacial e temporal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram propostas reflexões sobre o fenômeno da violência estrutural a partir das concepções geográficas de território, tendo como recorte espacial a Região Administrativa do Paranoá, inserida em uma dinâmica socioespacial excludente, desigual desde o início. Observou-se, ao investigar a temática, a carência de estudos acadêmicos referentes ao processo de territorialização da violência estrutural que pudessem subsidiar a pesquisa.

Assim, como foi discutido, há o controle do território pelos agentes sociais que o formam e que se territorializam conforme seus interesses funcionais e simbólicos. Porém, existe também a falta de controle social, que gera a precarização socioespacial por meio de territorializações precárias, débeis, que não proporcionam da forma como deveriam a qualidade de vida em sociedade.

Compreendem-se, também, as necessidades de novas pesquisas que versem sobre a análise do fenômeno da violência estrutural pelas lentes da Geografia. Questões em sociedade envolvem diariamente as complexas e diversas manifestações de violência combinadas ao contexto socioespacial desigual que desvelam a precarização social, logo territorial.

Assim, este artigo possibilitou alcançar os objetivos de pesquisa por meio do rigor metodológico da análise de conteúdo. Ficou evidente, mediante as análises fundamentadas em dados empíricos, em conjunto com autores-chaves que embasaram esta pesquisa, como se dá o processo de territorialização da violência estrutural, reconhecendo os sujeitos participantes desse processo.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. (Série B – Textos Básicos de Saúde).

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 33-52, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7129.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2017.

FERREIRA, I. F. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-168, 2005.

FONSECA, F. O. (Org.). **Olhares sobre o lago Paranoá**. Brasília, DF: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef). **As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil: estudo completo**. Brasília, DF: Unicef, 2023.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan. 2003.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004a.

HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, Goiânia, v. 2, n. 23, p. 35-52, jul./dez. 2004b.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004c.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/ transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília, DF: OMS, 2002.

MARTINS, L. S. P. Da madeirite ao cimento: narrativas sobre os movimentos pró-fixação do Paranoá. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2001.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; JOVIANA QUINTES AVANCI, J. Q. **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 21-42.

MINAYO, M. C.; LIMA, C. A. Processo de formulação e ética de ação da Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSANTANTINO, P.; JOVIANA QUINTES AVANCI, J. Q. **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 43-56.

PARANOÁ em 1990. [Brasília: s.n.], nov. 2009. 1 vídeo (3min). Publicado pelo canal paranoa100. Análise de imagens do Paranoá em 1990! Geradas a partir de cópias originais em VHS, do Projeto PARANOARTE, idealizado pelo prof. Nelson (ARTES). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JVFFVyo-3eoU>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PINHEIRO, E. M.; KAKEHASHI, T. Y.; ANGELO, M. O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, SP, v. 13, n. 5, p. 717-722, out. 2005.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais—a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, Rio Claro, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SANTOS, A.C. B. **A territorialização da violência escolar: um olhar geográfico na Região Administrativa do Paranoá**. 2004. 248 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.121-147.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SILVA, M. P. **Faces da metrópole: desigualdades socioespaciais e violência no distrito de Icoaraci**, Belém - PA. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@ Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>. Acesso em: 03 fev. 2018.

SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 58-75, maio/ago. 1998